



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**O PAPEL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA PROPOSTA DE AGENDA
PARA A PESQUISA A PARTIR DAS DIMENSÕES DE GÊNERO E
RAÇA NA AGRICULTURA FAMILIAR**

KELMA CHRISTINA MELO DOS SANTOS CRUZ;

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

BRASÍLIA - DF - BRASIL

kelmacruz@hotmail.com

APRESENTAÇÃO ORAL

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

Título: O papel da Educação do Campo na construção do
Desenvolvimento Rural: uma proposta de agenda para a pesquisa a partir
das dimensões de Gênero e Raça na Agricultura Familiar

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional

Resumo

Este artigo propõe uma agenda de pesquisa para a educação do campo, adotando um recorte de gênero e raça. Observa-se a presença das comunidades quilombolas no meio rural brasileiro, refletindo sobre o lugar ocupado pelas mulheres nesse contexto. Para a elaboração deste trabalho foram utilizados procedimentos pré-definidos de pesquisa e informações oficiais de diversos órgãos públicos que possuem ações voltadas ao etnodesenvolvimento, incluindo o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, o



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Ministério do Meio Ambiente - MMA, o Ministério da Educação - MEC e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Palavras-chave: mulheres quilombolas, políticas públicas, desenvolvimento rural.

Abstract

This article proposes an agenda of research with approach of gender and race for the rural education. It is focused in the presence of remaining communities of quilombos in the Brazilian agricultural way, reflecting on the important place for the women in this context. For the elaboration of this work daily pay-define procedures of research and official information of diverse public agencies with actions directed to the ethnic development had been used, including the Ministry of Agrarian Development - MDA, the Special Department of Politics of Promotion of the Racial Equality - SEPPPIR, Ministry of Environment - MMA, Ministry of Education - MEC and Ministry of Social Development and Combat the Hunger – MDS.

Key Words: women quilombolas, public politics, agricultural development

1 – INTRODUÇÃO

A estrutura agrária brasileira reflete as origens coloniais da economia e da sociedade, marcadas pela grande propriedade, monoculturas de exportação e escravatura (Martins, 1989; Altafin, 2003). O modelo de desenvolvimento priorizado no país historicamente esteve atrelado à noção de “progresso”, tendo como foco a abertura técnica e/ou econômica via especialização da produção. Esta estratégia viabilizou expressivos ganhos de competitividade, mas, em contrapartida, gerou degradação ambiental, acelerou o processo de êxodo rural e aumentou as desigualdades sociais, visto que vários segmentos foram excluídos da modernização e do acesso aos serviços básicos de educação, saúde e infra-estrutura. A melhoria na qualidade de vida destes grupos rurais, o aumento na geração de renda e a exploração dos recursos naturais de forma ambiental e economicamente sustentável são desafios para a pesquisa no campo do Desenvolvimento Rural.

A categoria Agricultura Familiar integra em um único rótulo grupos sociais heterogêneos e princípios definidores divergentes. Tal constatação pode ser comprovada observando-se as segmentações adotadas pelo PRONAF (Programa



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)¹ que abrange grupos que demandam a formulação e implementação de políticas públicas específicas de capacidade técnica e inserção nos mercados. Presentemente, as políticas de apoio ao desenvolvimento rural exploram a temática da educação do campo e buscam incorporá-la às ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (MDA, 2005).

As mudanças em curso no meio rural são alvo de estudos e discussões acadêmicas, merecendo destaque pesquisas relacionadas a multifuncionalidade e pluriatividade. A agricultura vem deixando de ser entendida como produtora de bens agrícolas, essencialmente, e passa a ser reconhecida por múltiplas funções, como a conservação dos recursos naturais, do patrimônio cultural e da qualidade dos alimentos.

A partir do referencial teórico da Multifuncionalidade este artigo tem como objeto a análise das políticas públicas de desenvolvimento rural, com recorte de gênero e raça. Inicialmente apresenta-se um breve nivelamento conceitual seguido da discussão de questões centrais para o debate no campo das políticas públicas de etnodesenvolvimento². Finalmente, propõe-se a formação de uma agenda de pesquisa acerca da educação do campo, em função da sua contribuição no processo de desenvolvimento, e sua colaboração na melhoria das condições de vida das mulheres quilombolas.

II - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – Possibilidades de mercado para a Agricultura Familiar

A Agricultura Familiar define-se essencialmente como uma unidade de produção onde as categorias trabalho, terra e família estão intimamente relacionadas (Carneiro, 1999). Diante da indissociabilidade das dimensões singular e universal da realidade, este trabalho considera a situação das mulheres quilombolas, como manifestação singular que deve ser contextualizada à luz da conformação atual da sociedade capitalista, que se apresenta de forma contraditória e dinâmica.

Sob o modo de produção capitalista as relações são marcadas pela exploração, dominação e desigualdade, que separam, fundamentalmente, duas classes sociais: uma composta por aqueles que têm a propriedade dos meios de produção; outra, por aqueles que não têm. Privados dos meios de produção, na condição de mercadoria, ao homem resta-lhe apenas a oferta de sua força de trabalho, uma vez que não pode mais alcançar, disponíveis na natureza, os meios para assegurar a sua subsistência. (Lancillotti, 2003, p. 54). O capitalismo é produto de relações humanas historicamente construídas, e sua tendência característica é a concentração dos meios de produção. Por

¹O Pronaf foi criado para atender às reivindicações das organizações rurais, objetivando apoiar financeiramente as atividades agropecuárias e não agropecuárias de diferentes públicos: mulheres rurais, populações quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhas, pescadores artesanais, aquícultores e assentados/as da reforma agrária.

² Para Stavenhagen (1984) o etnodesenvolvimento pode ser compreendido como o desenvolvimento que mantém o diferencial sócio-cultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



ser histórico e marcado pela contradição, o modo de organização capitalista é superável, mas não se pode esperar que essa superação se dê sem embate entre diferentes concepções de mundo (Lancillotti, 2003, p. 57).

Nas últimas décadas, as condições de vida e trabalho no meio rural brasileiro sofreram importantes alterações, como resposta ao modo de exploração capitalista e ao processo de globalização da economia (Graziano da Silva, 1997; Carneiro, 1998; Schneider, 2003). Simultaneamente, surgiu a noção da multifuncionalidade³, que busca englobar todas as dimensões da vida dos agricultores familiares (Valente, 2003).

Partindo da noção da multifuncionalidade o enfoque da Nova Competição, elaborado por Michael Best, pode ser uma referência para o desenvolvimento de novas estratégias para os agricultores familiares (Espírito Santo *et al*, 2003). A diferenciação dos produtos, através do desenvolvimento da qualidade superior, tais como os produtos típicos (produtos ou alimentos locais, com tecnologia artesanal e vinculados à cultura e às condições regionais), os alimentos orgânicos, dentre outros, são alternativas para a inserção dos produtos da agricultura familiar em um mercado globalizado e competitivo.

Os agricultores familiares têm como alternativa de inserção no mercado nacional o direcionamento de esforços para atividades de alta densidade econômica que possibilitem agregação de valor e de renda (Altmann *et al*, 2002). Dois caminhos podem ser tomados: o da verticalização da produção por meio da agroindustrialização ou a diferenciação de produtos, sendo possível a combinação de ambos.

Segundo Valente (2003), a estratégia de agregação de valor aos produtos é compatível às atividades dos agricultores que tem acesso à inovação técnica e têm capacidade de mobilizar recursos e conhecimento para isso. Mas não se pode pretender que agricultores descapitalizados façam o mesmo, inclusive porque essa estratégia tem se mostrado comprovadamente ineficaz. No caso desse segmento, antes de tudo, é preciso valorizar o processo de trabalho concreto, como produtor de valores- de- uso. Não se trata de acrescentar valor. Trata-se de *desvelar valor*: revelar o trabalho e a cultura, a ação e reflexão humana no processo de produção de sua existência.

Nessa perspectiva, segundo a mesma autora, nas atividades não - agrícolas e nas novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado, tendo por referência a importância que atividades preservadas pela tradição cultural vem assumindo como atividades econômicas, é preciso que seja promovido o *desvelamento de valor* desses produtos: tirar o véu e dar a conhecer a história e a cultura daqueles que os produziram, em sua dimensão singular e universal. Mesmo que tais atividades também reclamem por investimentos de infra-estrutura e estratégias de divulgação, comercialização, entre outras, que podem ser aprendidas e socializadas. Isso porque o *valor* dessas atividades precede qualquer *agregação*.

³ Essa noção abrange além da produção agropecuária, a garantia da qualidade dos alimentos, a manutenção do potencial produtivo do solo, a manutenção das características paisagísticas das regiões, a proteção ambiental no meio rural, a manutenção de um tecido econômico e social rural, a conservação do capital cultural e diversificação das atividades rurais (Carneiro e Maluf, 2003).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



2.2 - Políticas públicas de apoio ao Desenvolvimento Rural

As políticas públicas devem ser entendidas como o conjunto de ações coletivas, voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa atender a determinada demanda, de acordo com a natureza do sistema político e suas ligações com a sociedade. Trata-se do Estado implantando um projeto de governo, por meio de legislações, regulamentos, diretrizes e outras ações voltadas para setores específicos da sociedade (Howlett e Ramesh, 1995).

O processo político caracteriza-se por um ciclo que tem início na formação da agenda e é seguido pela formulação das propostas, ou seja, a análise dos diferentes aspectos sob o ponto de vista da racionalidade econômica. O processo decisório é a fase na qual as decisões são tomadas nas arenas políticas específicas e a partir dele tem início a implementação da política pública. Depois de materializadas as propostas, os resultados devem ser verificados na etapa de avaliação (Egler, 2001).

Belik (1998) considera que a política agrícola brasileira pode ser dividida numa primeira fase tradicional, seguida da fase de transição e posteriormente a fase moderna, que teve início no meio da década de 1960. A história recente da política agrícola – na fase moderna – no Brasil pode ser dividida em três fases. A primeira compreende desde as reformas de 1964 até o final dos anos 1970, com forte presença do Estado, na qual ocorre uma “fúria regulatória” com os governos disciplinando os aspectos da política agrícola. A segunda compreende desde o início dos anos 70 até o final dos 80, com redução dos subsídios e busca da auto-regulação. Ocorre o fortalecimento de organizações representativas de interesse privado, nas quais o aparato público tem peso cada vez menor. A terceira fase se inicia no final dos anos 80 e início dos anos 90, com um verdadeiro desmonte das instituições e dos instrumentos do Estado que nortearam a política agrícola por décadas. As arenas regulatórias tradicionais são extintas e há uma tendência de perda de poder intervencionista e de capacidade de planejamento por parte do Estado.

No que tange às políticas de apoio ao desenvolvimento rural, existem três desafios principais: vencer a precariedade social, articular e integrar o meio rural ao conjunto da sociedade, assegurando a intensidade dos contatos sociais e, garantir as populações seu direito à cidadania (Wanderley, 2002).

A abordagem de desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial. As estratégias individuais e coletivas dos territórios rurais podem variar conforme o contexto e a situação e se dar através de diversos fatores, destacando-se dentre eles, a pluriatividade.

Observando as políticas direcionadas ao campo, verifica-se que a criação do Pronaf insere a Agricultura Familiar como forma de produção agrícola protagonista do desenvolvimento rural. A partir de 2002, o Governo Lula retomou instrumentos abandonados na década de 1990. Com o Decreto n.º 4.739, de 13/06/03, as atividades de assistência técnica e extensão rural – Ater, ficaram sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Nesse contexto, foi construída a PNATER, com o intuito de contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2004). A PNATER aponta



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



dentre as suas principais diretrizes, a necessidade de planos e programas adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, reconhecendo as diversidades e especificidades étnicas e a democracia de gênero. Esta iniciativa indica a finalização do processo decisório e início da fase de implementação de políticas públicas voltadas para o campo, com foco definido.

No que tange às comunidades quilombolas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA atua na regularização fundiária⁴ e no apoio às ações produtivas, envolvendo as linhas especiais de financiamento e de infra-estrutura dessas áreas e o tratamento diferenciado da política de assistência técnica e extensão rural. Por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, vem sendo construída uma proposta de comercialização que busca incorporar as potencialidades territoriais e o reconhecimento das habilidades e competências das mulheres.

Em março de 2004 foi criado o Programa Brasil Quilombola, como uma política que envolve um conjunto de ações integradas entre diversos órgãos governamentais, com suas respectivas previsões de investimentos do PPA (Plano Plurianual) 2004-2007 e tendo continuidade no exercício 2008 -2011. Estas ações são coordenadas pela SEPIR, por meio da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais.

O Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vêm desenvolvendo desde 2004 ações que buscam a consolidação de uma Política Nacional voltada para desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais⁵. Na área da Segurança Alimentar e Nutricional, que visa garantir o direito humano à alimentação adequada, um grande avanço foi a publicação da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁶.

Em síntese, diversos órgãos do Governo Federal têm somado esforços na tarefa de promover a inclusão social e econômica desses grupos, por meio de ações culturais, de assistência social, saúde, educação, infra-estrutura, regularização fundiária e apoio às atividades produtivas. Com a recente criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM, pretende-se estabelecer políticas públicas que contribuam para a melhoria da vida das mulheres, percorrendo uma trajetória transversal

⁴ A regularização fundiária dos territórios quilombolas é regulamentada pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 e é realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MDA. Atualmente o Governo Federal tem somado esforços na tarefa de regularizar esses territórios, tomando por base o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

⁵ Cerca de ¼ do território brasileiro é ocupado por povos e comunidades tradicionais, envolvendo aproximadamente cinco milhões de pessoas em 176 milhões de hectares, abrangendo ribeirinhos, pantaneiros, caiçaras, indígenas, quilombolas, faxinalenses, geraizeiros, seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu, entre outros grupos (Almeida, 2005). A demanda primordial é o acesso a terra, ou, no caso, ao território. Outras características marcantes são os processos produtivos adotados e o tipo de relação com a terra.

⁶ O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, de 02 de julho de 2003, o qual foi alterado pelo Decreto nº. 5.873, de 15 de agosto de 2006.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



em todo o governo federal, de modo a buscar parcerias com diversas instâncias governamentais.

2.3 – O enfoque de gênero nos estudos do meio rural

As mulheres rurais são prejudicadas pelo acesso restrito aos recursos produtivos e sua participação nas decisões dos grupos⁷. Estudo desenvolvido pelo Unifem/Ipea/Dfid (2005) demonstra que as condições de vida das mulheres negras são as mais graves.

As desigualdades entre homens e mulheres estruturam as relações de poder e de produção no campo e informam a relação que as mulheres quilombolas têm com as políticas públicas de desenvolvimento rural. A construção de gênero se dá em todas as esferas da sociedade: econômica, política, social e cultural, portanto, é construída a partir de elementos materiais concretos e também simbólicos. A base material desse processo se expressa na divisão sexual do trabalho, que, em nossa sociedade, se articula com a idéia de que existe uma esfera pública e uma privada.

As relações de gênero também devem ser contextualizadas conforme classe, raça e geração, assim como religião e momento histórico. Elas são transversais e estruturam o conjunto das relações. Portanto, gênero é uma categoria de análise de qualquer aspecto da sociedade (SOF, 1998).

Na área da educação, as desigualdades entre rural e urbano e entre as regiões sobrepõem-se às diferenças de gênero. No entanto, diferentemente do caso das mulheres urbanas, a expansão da escolaridade não necessariamente se reflete em melhores condições de trabalho para as mulheres rurais (Teixeira, 1994). A autora ainda observa que o investimento em formação e capacitação das mulheres rurais para os trabalhos agrícolas pode ser tão importante e urgente quanto o ensino formal, já que aquele aprendizado poderia contribuir para diversificar as opções de trabalho e elevar sua renda pessoal.

No período de 1992 a 2002, ocorreram melhorias significativas nessa área, como a queda na taxa de analfabetismo e aumento nos anos de estudo. Entretanto, mantêm-se as desigualdades entre as áreas urbanas e rurais, bem como entre as regiões do país⁸, conforme salientado por estudo de Heredia e Cintrão (2006).

De acordo com o Censo da População Brasileira de 2003, cerca de 20% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto mais do dobro, ou 43%, da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade. Entre os 10% mais pobres da população, 64,6% eram mulheres negras que ocupavam os piores

⁷ Esta situação pode ser problematizada a partir do marco legal existente ao longo da história brasileira, das relações de poder no interior das famílias, da ação do Estado e do nível de organização das mulheres rurais.

⁸ As autoras demonstram que em 2002 a região nordeste continuou com um quarto da população total, e mais de um terço da população rural (39%) analfabetas. Aproximadamente um terço da população rural do nordeste mantém-se com menos de 1 ano de estudo (34%), o dobro da população urbana no nordeste (16%) e quatro vezes mais que a população urbana nacional (9%). A diferença é ainda maior para as pessoas com cinco ou mais anos de estudo, que em 1992 a nível nacional eram três vezes superiores no meio urbano que no rural (respectivamente 49% e 16%), permanecendo o dobro em 2002 (63% e 30%).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho e ocupando as posições de menor prestígio na hierarquia profissional.

Para compreender a problemática de gênero no mundo rural deve-se considerar o tema da invisibilidade do trabalho feminino. Além de reconhecer a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, como elemento estruturador da organização e da produção agrícola e agrária é preciso considerar as especificidades de grupo étnico: a sua forma de organização cultural, social e de produção; o relacionamento com os elementos da natureza e práticas de gestão do território e as atividades econômicas predominantes: agricultura, extrativismo florestal, pesca, aquíicultura, dentre outras.

Existem relações patriarcais na definição do papel da mulher, a quem são atribuídas as atividades para o autoconsumo, que não geram rendimentos e estão intimamente ligadas ao sustento da família. As diferenças de horas trabalhadas semanalmente entre mulheres e homens refletem os estereótipos dos papéis masculino e feminino que consagram a função de provedor ao homem e a reprodução às mulheres. A forte presença feminina na ocupação rural está concentrada no trabalho não remunerado e para o autoconsumo.

Diante do exposto, é necessário explorar as relações de gênero e raça no meio rural e as ações de fortalecimento do protagonismo das mulheres negras, visando seu empoderamento e a promoção da equidade e inclusão social desse grupo historicamente excluído das políticas públicas.

III. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente proposta objetiva pesquisar eventos da vida real que não podem ser desvinculados de seu contexto mais amplo. Foram utilizados procedimentos de coleta de dados (primários e secundários) e análise das políticas públicas como instrumento de visão sistêmica. Entretanto, destaca-se que essa perspectiva de sistema, longe de ser “funcional” ou exprimir harmonia, é marcada pelo conflito e por contradições, visto ter por referência a organização social capitalista.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Neves (1996), compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e codificar os componentes de um sistema complexo de significados. Os estudos qualitativos compreendem a pesquisa exploratória, que visa basicamente à formulação e/ou sistematização de objetos desconhecidos, e a pesquisa descritiva, que busca elucidar e/ou detalhar e ampliar o conhecimento sobre objetos parcialmente conhecidos.

Segundo Valente (2003) os procedimentos antropológicos de investigação têm inspirado a Pesquisa Agrícola Participativa, envolvendo a participação e integração de agricultores/as e pesquisadores/as nos processos de investigação e na definição, pelos primeiros, de sua sustentabilidade. Também Maluf (2002, p. 326) sugere que os procedimentos sedimentados na Antropologia embasem a pesquisa sobre multifuncionalidade da agricultura. Para a análise da questão, devem ser utilizadas ferramentas teóricas que permitam a reflexão em uma perspectiva de totalidade e compreendendo o território como um todo.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil existem 364 escolas localizadas em comunidades quilombolas, com 49.722 estudantes matriculados, de acordo com informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. As ações do Ministério da Educação nessas áreas envolvem: a ampliação da rede física escolar, a formação continuada de professores e, elaboração de material didático específico, para combater a desigualdade nos sistemas de ensino em seus diversos níveis, por meio da implementação da lei nº 10.639/03⁹.

Dados oriundos do Sistema de Informações das Comunidades Afro-Brasileiras – SICAB, demonstram que de 150 comunidades quilombolas pesquisadas, a maior parte não detêm salas de aula suficientes, o que provoca a ocorrência de classes multisseriadas. Também são registrados altos índices de analfabetismo entre os adultos e escassez da oferta de ensino médio ou tecnológico (Cruz, 2005).

Presentemente, as políticas educacionais incentivam o resgate dos valores culturais, como essenciais para o desenvolvimento da cidadania (MEC, 2004). Para construção de um modelo de desenvolvimento territorial os investimentos em educação têm recebido foco prioritário. Além disso, as políticas devem valorizar as experiências históricas e culturais, recursos ambientais, respeitando valores e aspirações para potencializar a capacidade autônoma das populações tradicionais.

Ainda no que tange à educação quilombola, atualmente, a Seppir coordena a Agenda Social Quilombola, por meio do aporte no ensino e na aprendizagem de crianças, jovens e adultos. Prevê-se a distribuição de 280 mil exemplares de material didático com conteúdos relacionados à história e à cultura africana e afro-brasileira, como determina a Lei 10.639/03. Ainda como estratégia de implementação deste instrumento legal, haverá a capacitação de 5.400 professores da rede pública de ensino fundamental. A melhoria das instalações escolares é outra meta para a educação. O Governo Federal trabalha com a meta de construir cerca de 950 salas de aula para suprir a demanda dos estudantes quilombolas. Já a universalização do acesso à alfabetização deve ampliar o acesso de jovens e adultos quilombolas ao conhecimento e informação.

Sugere-se a avaliação da presença do Estado por meio de diversos programas e projetos, coordenados pela SEPPPIR, em parceria com a SPM, MEC, MDA e organizações não-governamentais. O Quadro I busca sintetizar as principais políticas implementadas pelo Governo Federal, como forma de responder às reivindicações do movimento negro, dos movimentos de mulheres rurais e das organizações ligadas ao etnodesenvolvimento.

Essa pesquisa apresenta a necessidade de avaliação do acesso das mulheres quilombolas às políticas públicas. Embora muitas iniciativas sejam recentes

⁹ Essa Lei é de 09/01/03, e torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dispostas no Parecer do Conselho, CNE/CP 003/2004 e CNE/CP Resolução 1/2004.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



para terem sua efetividade avaliada, importa considerar a “visibilidade” da luta desse grupo e sua participação na formação da agenda das políticas públicas com foco na redução das desigualdades de gênero e raça no meio rural. Para Farranha (2007), a avaliação das políticas sociais visa “*fortalecer o movimento de transformação da sociedade em prol da cidadania e dos direitos humanos*”. Sua importância é primeiramente de ordem democrática, e em segundo lugar, uma possibilidade de maximizar o uso dos recursos.

Por meio da avaliação da efetividade das políticas ora em curso, deve-se viabilizar a sistematização dos resultados obtidos e o fornecimento de instrumentos que viabilizem o controle social. Dessa forma será possível verificar o impacto do que foi realizado e apurar as alterações nas condições de vida dessa população, além de buscar mecanismos para potencializar esses resultados. Também são propostas ações de monitoramento, visando a observação contínua durante a implementação dos programas ou projetos e a proposição de ações corretivas, permitindo o controle e futuros redirecionamentos.

No Quadro II apresentam-se os três eixos principais que devem nortear as ações de avaliação da efetividade das políticas direcionadas às mulheres quilombolas. Como principais fontes de informação quantitativa devem ser utilizados bancos de dados oficiais, como o Sistema Nacional de Informações de Gênero – SNIG, os dados censitários (Censos 1991 e 2000) e o Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Quadro I: Políticas públicas voltadas às mulheres quilombolas

EIXO	PROGRAMA	CAMPOS DE ATUAÇÃO
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR	<u>Brasil Quilombola</u>	<u>Etnodesenvolvimento das comunidades quilombolas, abrangendo um conjunto de ações integradas entre diversos órgãos governamentais.</u>
Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM	Programa Gênero e Diversidade na Escola	Alteração das práticas de ensino, instrumentais para refletir e lidar com as atitudes e comportamentos que envolvam relações de gênero e étnico-raciais.
	Programa Mulher e Ciência	Editais com o objetivo de fortalecer a produção de pesquisas no campo de estudos das relações de gênero, raça e etnia, envolvendo 42 áreas do conhecimento.
Ministério da Educação - MEC	<u>Educação para Diversidade e Cidadania</u> – coordenada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)	Diversidade e Inclusão Educacional - Políticas educacionais devem favorecer o acesso e a permanência de afro-descendentes em todos os níveis da educação escolar e valorizem a diversidade étnico-racial. <u>Educação do Campo</u> - Mudança na grade curricular (valorização do conhecimento local e princípios do etnodesenvolvimento); Escolas no campo de qualidade (infra-estrutura: material e humana); Ampliação do nível de ensino nas escolas do campo.
Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	<u>Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia</u>	Políticas de acesso das mulheres às atividades produtivas com vistas à equidade de gênero, estimulando o acesso ao crédito (Pronaf Mulher), à <u>documentação, cidadania e controle social.</u>
	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER Secretaria de Agricultura Familiar (SAF)	Ações de Ater devem considerar as peculiaridades regionais e condições socioeconômicas dos distintos grupos.
	Regularização fundiária dos territórios quilombola	<u>Procedimentos para regularização das terras de acordo com o artigo 68 do ADCT, artigos 215 e 216 da CF e o Decreto 4.882/2003.</u>
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (em conjunto com MP, MF, MDA e MAPA)	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) coordenado pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional	Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessária às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.
Ministério do Meio Ambiente - MMA	Comissão Nacional para o Desenvolvimento sustentável de povos comunidades tradicionais	Promover o acesso dessas comunidades às políticas de geração de renda, acesso a terra e aos recursos naturais.

Fonte: SEPPIR/ SPM/MEC/ MDA/MDS/MMA

Elaboração da autora

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Quadro II – Síntese de propostas para pesquisa no âmbito da Educação do Campo

EIXO DE ATUAÇÃO	QUESTÕES PARA PESQUISA
I. Avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, no que tange à educação com foco nas relações de gênero, raça/etnia	Elaboração de indicadores do acesso das mulheres quilombolas à educação formal e extensão rural (como por exemplo, sua participação em cursos de processamento industrial e de boas práticas de fabricação);
	Diagnóstico das escolas de alternância e de calendários escolares diferenciados;
	Apresentação dos conteúdos abordados, técnicas regionais, educação textualizada compreendendo integração social, ambiental e cultural;
	Análise da relação ensino rural/ pesquisa/ extensão/ organizações de mulheres quilombolas
II. Análise da contribuição da PNATER na qualificação das Políticas Públicas (de financiamento, comercialização e seguro agrícola)	Mapeamento da geração e adaptação de tecnologias alternativas.
	Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA na inclusão de mulheres quilombolas (produtos comercializados, áreas de atuação das organizações/ entidades representativas);
III. Formulação de subsídios para a formação de redes de segurança alimentar, gestão dos territórios tradicionais e autonomia das mulheres quilombolas	Análise da relação entre a capacitação diversificada dos jovens e mulheres e a inadimplência do crédito;
	Levantamento da contribuição das mulheres na preservação dos valores étnicos, do patrimônio material e imaterial.

Como fontes de informação qualitativa, podem ser realizadas entrevistas semi-estruturadas junto aos órgãos gestores das políticas (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, Ministério da Educação – MEC, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e Ministério do Meio Ambiente – MMA).

O recorte sugerido para a avaliação deve ser de 2003 a 2008. Os efeitos dessas políticas devem ser explorados por meio dos aspectos do cotidiano, captando as percepções das mulheres nesses processos. Para isso, devem ser utilizados métodos participativos, que ultrapassem as regras de procedimento ou gerenciais. Esses métodos permitem conhecer as condições locais e as perspectivas e prioridade da população beneficiária, além de questões conjunturais que marcam a execução das políticas educacionais (Vianna e Unbehaum, 2004).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



O processo de avaliação deve contemplar aspectos de uma prática pedagógica e pode ser compreendido como uma triangulação de métodos, conforme salientado por Minayo (2005). As políticas de gênero e raça têm como peculiaridades a forma de implementação muito diretamente articulada com a sociedade civil e o fato dessa articulação proporcionar uma aproximação maior entre os executores e os beneficiários dos programas. Nesse contexto, é preciso ir além dos critérios de eficiência e eficácia, conforme salientado por Farranha (2007).

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. de. *“Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais”*. Texto digitado. 2005.

ALTAFIN, I. **Sustentabilidade, Políticas Públicas e Agricultura Familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. Tese de Doutorado, agosto/2003.

ALTMANN, R. *et al. Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010*. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 112p.

BELIK, W. Estado, Grupos de interesse e formulação de políticas para a agropecuária brasileira. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Vol. 36, no. 1, Jan./Mar., 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, Grupo de Trabalho ATER. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004*.

_____. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. Grupo de Trabalho ATER. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004*.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Uma história do povo kalunga*. Moura, G. (coord.) Brasília, 2001. 120 p.

CARNEIRO, M. J. T. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230 p.

CRUZ, K. C. M. S. **A Cachoeira do Poço Encantado: empreendimento familiar e presença Kalunga na cadeia do ecoturismo em Teresina de Goiás**. 2005. 185 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

EGLER, P. C. G. **Políticas Públicas: Marcos Conceituais e Processos**. Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Notas de aula. Brasília: CDS/UnB. 1º semestre de 2001. (mimeo).

ESPÍRITO SANTO, E, CARDOSO, L.V., MEDEIROS J. X. **Nova Competição: Um Enfoque Estratégico para a Competitividade da Agricultura Familiar**. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Juiz de Fora: SOBER. 27 a 30 de julho de 2003.

FARRANHA, A. C. **Gestão Pública e Diálogo Social para a Igualdade de Gênero e Raça: elementos para a construção de uma metodologia**. In: Boletim Técnico Senac, Rio de Janeiro, v. 33, n.1, jan./abr. 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 43-81, 1997.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. . **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. In: Revista NERA, Presidente Prudente/SP. Ano 9, n. 8 pp. 1-28 Jan./Jun. 2006.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. *Studying Public Policy*. Oxford: Oxford University Press, 1995. 1 ed.

LANCILLOTTI, S.S. P. Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal/ Samira Saad Pulchério Lancillotti. –Campinas, SP: Autores Associados, 2003. – (Coleção polêmicas do nosso tempo, 85).

MALUF, R. S. O enfoque da Multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: WILKINSON; LIMA (org.) *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 301-328.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência – a questão política no campo**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



MDA/SDT. **Proposta técnica para o fortalecimento do protagonismo das mulheres rurais, jovens e populações tradicionais na perspectiva do desenvolvimento territorial.** Brasília, junho de 2005.

MEC/SECAD. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** MEC/SECAD. 2005.

MORAES, E. L. / GLADIS, V. G. **A transversalização das questões de gênero e raça nas ações de qualificação social e profissional.** Nota Técnica. In Mercado de Trabalho, IPEA, vol. 26, nov. 2004.

NEVES, J. L. *Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades,* In Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, V. 1, Nº 3, 1996.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2003.

SOF Sempreviva Organização Feminista. **Gênero e Agricultura Familiar/** Mirian Nobre, Emma Siliprandi, Sandra Quintela, Renata Menasche (orgs.). São Paulo: SOF, 1998. 68 p. (Coleção Cadernos Sempreviva).

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In: *Anuário Antropológico.* Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 13-56.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo (coord). **Perspectiva de Gênero na Produção Rural** (Estudos de Política Agrícola no. 22. Documentos de Trabalho). Brasília: IPEA/Rio, jun/1994. 85pp.

UNIFEM. IPEA. DFID. Retrato das Desigualdades. Programa de Igualdade de Gênero e Raça. 2005.

VALENTE, A. L. E. F. *Agricultura familiar e recorte racial: desafio teórico e sócio-político no meio rural.* XLII Congresso da SOBER, 2004.

_____. Resenha. CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.* Rio de Janeiro: MAUAD, 2004. 230 p.

_____. **Reflexões sobre o estudo de caso: subsídio à pesquisa no campo do agronegócio,** 2003 (texto digitado).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



WANDERLEY, M. N. B. In: *Cahiers du Brésil Contemporain*, 2003, n. 51/52, p. 293-297. Resenha de: VEIGA, J. E. *Cidades Imaginárias; o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, São Paulo, Editora Autores Associados, 2002.

_____ **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap.1, p. 21 – 55.